

Índice

PARTE I – Introdução à administração pública e ao direito administrativo

§ 1 – Importância prática e teórica do direito administrativo e do seu estudo.....	35
§ 2 – A administração pública.....	38
I. A função administrativa.....	38
1. O Estado e as suas funções.....	38
2. Fronteiras entre a função administrativa e as demais funções do Estado.....	41
II. Os vários sentidos de administração.....	44
1. A administração pública em sentido material.....	44
a) <i>Tarefas da administração pública</i>	44
b) <i>Âmbito material da administração pública</i>	46
c) <i>Características típicas da administração pública em sentido material</i>	46
d) <i>Diferentes incidências da administração pública na esfera social</i>	47
2. A administração pública em sentido orgânico.....	49
a) <i>Características típicas da administração pública em sentido orgânico</i>	49
b) <i>Administração pública através de privados</i>	51
3. A administração pública em sentido formal.....	52
§ 3 – O direito administrativo.....	55
I. Conceito, âmbito, características e função.....	55
1. Conceito de direito administrativo.....	55
2. Âmbito do direito administrativo.....	56
a) <i>Âmbito normativo-material</i>	56
b) <i>Direito administrativo geral e direitos administrativos especiais</i>	56
3. Características do direito administrativo.....	58
4. Função do direito administrativo.....	61
II. Fontes do direito administrativo.....	63
1. Constituição.....	64
2. Direito internacional.....	65
3. Direito comunitário.....	65
4. Lei.....	67
5. Regulamentos.....	67
6. Costume.....	68
7. Jurisprudência, «direito circulatório» e doutrina.....	68
8. A hierarquia das fontes de direito administrativo.....	70
III. O direito administrativo na ordem jurídica.....	73
1. O direito administrativo e o direito público.....	73
a) <i>Direito constitucional</i>	73
b) <i>Direito internacional</i>	74
c) <i>Direito penal</i>	75
d) <i>Direito judiciário</i>	77
2. O direito administrativo e o direito privado.....	80
a) <i>Direito civil</i>	80
b) <i>Direito comercial</i>	82
c) <i>Direito do trabalho</i>	84

3. Direitos transversais.....	85
4. Aplicação do direito privado à administração.....	86
IV. A ciência do direito administrativo.....	88
1. Objecto.....	88
2. A evolução da ciência do direito administrativo em Portugal.....	88
3. Ciências auxiliares da ciência do direito administrativo.....	93
4. Método da ciência do direito administrativo.....	94
§ 4 – Condicionantes histórico-culturais e políticas da função administrativa, da administração pública e do direito administrativo.....	102
I. Tipos históricos de Estado, função administrativa, administração pública e direito administrativo.....	102
1. Estado pré-constitucional.....	102
2. Estado liberal de direito.....	103
3. Estado social de direito.....	108
4. Estados de não-direito.....	112
II. Formas de Estado, função administrativa, administração pública e direito administrativo.....	113
III. Sistemas de direito, função administrativa, administração pública e direito administrativo.....	114
IV. Sistema de governo, função administrativa, administração pública e direito administrativo.....	119
V. Sistema de partidos, função administrativa, administração pública e direito administrativo.....	119
VI. Integração europeia, função administrativa, administração pública e direito administrativo.....	120
§ 5 – Função administrativa, administração pública e direito administrativo em Portugal	123
I. Aspectos históricos.....	123
II. O regime administrativo português actual.....	128

PARTE II – Princípios fundamentais

§ 6 – O princípio da separação de poderes.....	135
I. Aspectos gerais.....	135
II. Separação entre administração e jurisdição.....	136
1. A reserva de jurisdição em face da administração.....	136
2. A reserva de administração em face da jurisdição.....	137
III. Separação entre administração e legislação.....	138
1. A reserva de legislação perante a administração.....	138
2. A reserva de administração perante a legislação.....	139
§ 7 – Os princípios da organização e do funcionamento da administração pública.....	142
I. Princípio da desburocratização.....	143
II. Princípio da aproximação da administração às populações.....	144
III. Princípio da descentralização.....	145
1. Conteúdo.....	145
2. Modalidades de descentralização.....	146
3. Vantagens e desvantagens da descentralização.....	147
4. Descentralização e subsidiariedade.....	148

IV. Princípio da desconcentração.....	149
1. Conteúdo.....	149
2. Modalidades de desconcentração.....	150
3. Vantagens e desvantagens da desconcentração.....	151
V. Princípio da unidade da acção administrativa.....	151
VI. Princípio da participação dos particulares na gestão da administração pública.....	153
1. Princípio da colaboração da administração pública com os particulares.....	153
2. Princípio da participação dos interessados na gestão da administração pública.....	156

§ 8 – Os princípios de juridicidade da actividade administrativa: o princípio da legalidade	159
I. Noções fundamentais.....	159
II. Evolução histórica.....	160
1. O princípio da legalidade no Estado liberal.....	160
2. O princípio da legalidade no Estado social.....	162
III. A preferência de lei.....	163
1. Conteúdo.....	163
2. Fundamento da preferência de lei.....	164
3. Consequências da preferência de lei.....	165
4. Problemas da preferência de lei.....	165
IV. A reserva de lei.....	167
1. A reserva de lei como precedência de lei.....	167
2. Fundamentos da reserva de lei.....	168
3. A reserva de lei restritiva de direitos fundamentais.....	169
4. A reserva de lei em matéria de administração prestacional.....	171
5. A precedência total de lei.....	174
6. A reserva de lei como reserva de densificação normativa.....	176
7. Reserva de densificação normativa e abertura das normas.....	177
V. Mudança ou esvaziamento do princípio da legalidade da administração?.....	178

§ 9 – O princípio da legalidade e a margem de livre decisão administrativa.....	183
I. Aspectos gerais.....	183
1. Noção.....	183
2. Fundamentos da margem de livre decisão.....	183
3. Consequências da margem de livre decisão.....	185
II. Discricionariedade.....	187
1. Noção e modalidades.....	187
2. Estrutura e funcionamento da discricionariedade.....	188
III. Margem de livre apreciação.....	190
1. Concretização de conceitos indeterminados.....	190
2. Liberdade avaliativa.....	193
3. Outras situações de margem de livre apreciação?.....	195
4. Estrutura e funcionamento da margem de livre apreciação.....	195
IV. Relações entre as várias técnicas de abertura das normas de competência.....	197
V. Margem de livre decisão e autovinculação.....	198
VI. Limites da margem de livre decisão.....	201
1. Vinculações legais.....	202
2. Limites imanentes da margem de livre decisão.....	203
3. Redução a zero da margem de livre decisão.....	204

§ 10 – Os restantes princípios de juridicidade da actividade administrativa como limites iminentes da margem de livre decisão	207
I. Princípio da prossecução do interesse público.....	207
II. Princípio do respeito pelas posições jurídicas subjectivas dos particulares	210
III. Princípio da proporcionalidade.....	214
IV. Princípio da imparcialidade	216
1. Conteúdo.....	216
2. As garantias preventivas de imparcialidade	217
V. Princípio da boa fé	220
1. Princípio da primazia da materialidade subjacente.....	221
2. Princípio da tutela da confiança	222
VI. Princípio da igualdade	225
VII. Princípio da justiça.....	227
Índice analítico.....	233



Parte I
INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E AO DIREITO ADMINISTRATIVO